

Apresentação do Dossiê

O processo de democratização que se iniciou na América Latina há três décadas parece ter estagnado no início do século XXI. Embora avanços sociais tenham sido significativos nesse período, crises econômicas e políticas de diferente natureza têm retardado o processo de consolidação de uma democracia mais justa e igualitária. Países como Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador e Paraguai atravessam presentemente situações delicadas no que diz respeito à estabilidade política e democrática. A sensação generalizada, segundo pesquisas de opinião, é de que a democracia e as reformas de mercado têm fracassado na tentativa de gerar uma melhor qualidade de vida e maior segurança para os cidadãos.

Nesse cenário, a apatia, a desilusão e o distanciamento das pessoas da esfera política tem se tornado a regra. A crise de representatividade e legitimidade do Estado e suas instituições, conjugado com baixos níveis de governabilidade e coesão social que predominam na Região, constituem-se obstáculos centrais na construção de um projeto de fortalecimento democrático.

Tal situação se agrava, pelo fato de que a desigualdade econômica e social tem retornado à essas sociedades com força, produzindo sociedades intolerantes e pouco coesas, dificultando o estabelecimento de um projeto de país que se quer para o futuro. A ausência de coesão significa que os frutos do progresso econômico não têm sido compartilhados com aqueles que se situam na base da pirâmide social. Esses segmentos continuam a enfrentar serviços públicos deficientes, uma seguridade social indigna e a ausência de uma justiça equitativa. Desse modo, a maioria dos governos de plantão estão reféns de um imediatismo pragmático que não dá segurança aos cidadãos sobre o futuro de seus países e de si próprios.

Do ponto de vista da construção de uma cultura política, esses fatores tendem a produzir cidadãos céticos, desconfiados e pouco motivados a participar na arena política. Sua participação, na maioria dos casos, se reduz ao comparecimento formal em eleições. A consequência dessa indiferença produz geralmente atitudes e comportamentos pouco saudáveis para o estabelecimento de bases sólidas normativas de valorização da democracia. Pesquisas do Latinobarômetro tem consistentemente constatado que mais da metade da população neste Continente seria favorável a um regime autoritário se isso significasse melhores condições de vida no cotidiano.

Como enfrentar esses desafios? Parece-me que a primeira questão diz respeito ao tipo de democracia que temos nos nossos países. Do ponto de vista teórico, o modelo de democracia que prevalece nesta Região é de caráter institucional e formal.

Nas palavras de Schumpeter (1943, p. 269)¹ “democracia se refere ao arranjo institucional para chegar a decisões políticas nas quais os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio da luta competitiva pelo voto dos cidadãos”. Creio que as últimas décadas de vivência democrática no sentido formal têm mostrado que não é suficiente emular instituições que pouco ou nada tem a ver com a realidade desses países. O aspecto principal, portanto, se refere ao funcionamento dessas instituições. O segundo ponto diz respeito ao crescente processo de uso da violência e a institucionalização de estados paralelos que apoiam tais iniciativas que vão de encontro à construção de uma democracia plena. E, o terceiro ponto está relacionado com a magnitude da corrupção que tem aparecido, nos últimos anos, e que corroe os princípios éticos e morais imprescindíveis para uma democracia que funcione.

Foi pensando nesses aspectos que este Dossiê convidou estudos que analisassem os dilemas da construção democrática na América Latina. O primeiro artigo de Kátia Fukushima, intitulado “Correlação de forças e recursos políticos no primeiro governo de Bachelet (2006-2010) e os impasses às possíveis inovações democráticas no Chile”, objetiva analisar se o primeiro governo de Michelle Bachelet (2006-2010) conseguiu aprofundar a democracia chilena a partir de inovações democráticas. No segundo, adentrando a esfera da participação eleitoral, “Electores presentes, ciudadanos ausentes: la democracia mexicana en su laberinto” de autoria de Juan Mora Heredia e Margarita Jiménez Badillo, busca-se discutir a pobreza, a insegurança pública e o acesso à sociedade de informação como condições que precisam ser solucionadas para fortalecer a cidadania ativa no México. Ainda dentro do debate da qualidade da democracia, o terceiro artigo “Una nueva forma de medir la calidad de la democracia: la democracia legal o constitucional”, dos autores Manuel Ángel Rodríguez Edeza, Patricia Figueroa, Jorge Giménez, Thiago Engelman e Leonardo de Alancaster, propõe uma nova forma de medir a qualidade da democracia, por meio da análise das normas constitucionais de países como Brasil, Argentina, México, Paraguai e Uruguai.

O quarto texto elaborado por Marcello Baquero, Sonia Ranincheski e Henrique Carlos de O. de Castro, intitula-se “A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial”. Nele, os autores buscam problematizar o conceito de democracia inercial como uma característica marcante no atual momento político do país, através da análise da formação e cultura política do Brasil. O último artigo que compõe este dossiê é de autoria de Lucas Ribeiro Mesquita e tem o título de “Indícios democráticos nas políticas externas sul-americanas: uma análise

¹ Schumpeter, Joseph A. *Capitalism, socialism, and democracy*. George Allen and Urwin, 1943.

constitucional e institucional”. Buscando aliar a análise democrática no âmbito das políticas externas, este artigo aborda se existe relação entre mudanças de regimes políticos e uma ampliação democrática no processo de produção das políticas externas sul-americanas.

Integrando a sessão de temática livre desta edição, contamos com três artigos de diferentes áreas. O primeiro deles, de autoria de Nubia Nieto, intitulado “Postcolonialism and social exclusion of indigenous people in México”, trata da vulnerabilidade dos grupos indígenas no México na atualidade como um legado do colonialismo. O segundo artigo, de Gleyton Trindade com o título de “A Utopia de Thomas More e a questão republicana”, faz uma análise crítica da obra Utopia de Thomas More buscando avançar no que se vem sendo designando como leituras republicanas nos debates atuais. Por fim, o artigo “Poderosos chefões: A influência do perfil do líder sobre a disciplina da bancada” de Leonardo Rodrigues de Moraes, José Alexandre da Silva Júnior e Ranulfo Paranhos dos Santos Filho tem como objetivo estimar a influência do perfil dos líderes no comportamento de suas bancadas nas legislaturas da Câmara de Deputados.

O organizador:

Marcello Baquero
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil)

